
Jornalismo, machismo e violência contra a mulher: proposta de uma análise de discurso crítica¹

Yara Lopes²

Rafael Bellan Rodrigues de Souza³

Universidade Federal do Espírito Santo, ES

Resumo

A proposta é discutir sobre o papel do jornalismo para uma possível diminuição da realidade machista e misógina brasileira. Inseridos em uma sociedade patriarcal na qual a mulher sofre diversas violências simplesmente por seu gênero, as matérias jornalísticas que trazem essas situações podem ter tanto discursos transformadores quanto de manutenção do status quo. A análise de discurso crítica pode contribuir para essa observação, utilizando categorias como significado de palavras e representação de atores sociais.

Palavras-chave

Jornalismo; violência contra a mulher; machismo; misoginia; análise de discurso crítica

INTRODUÇÃO

A presença de machismo e misoginia é forte em nossa sociedade e os veículos de comunicação têm poder de contribuir, por meio de seus discursos, para a manutenção dessa realidade social ou para a sua diminuição. Vivemos em uma sociedade patriarcal onde privilégios são determinados em função de gênero, raça, classe e orientação sexual. No caso específico das diferenças devido ao gênero, existe uma naturalização de uma condição socialmente construída para a mulher, que é considerada frágil, limitada e submissa ao homem. Essa conjuntura leva a números altos dos diferentes tipos de violência de gênero, casos que têm ganhado mais espaço na mídia nos últimos anos. Mas de que forma esses casos são representados?

Para tratar um pouco da situação da mulher e das diferenças que a sociedade patriarcal coloca entre os gêneros, utiliza-se um referencial teórico de estudos feministas, com autoras como Beauvoir (2016), Tiburi (2018), hooks (2018) e Saffioti (2015). Autores como Adorno e Horkheimer (2002) e Genro Filho (1987) ajudam na construção da proposta da mídia como papel importante na distribuição de informação e

¹ Exemplo: Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo do XXIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 3 a 5 de junho de 2019

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da UFES, ES. Email: yarak.lopes@gmail.com

³ Orientador do trabalho. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da UFES, ES. Email: rafaelbellan@yahoo.com.br

até formação de padrão. Thompson (1995) e Batista Jr (2018) são autores que auxiliam a atividade de Análise de Discurso Crítica.

2. PATRIARCADO, MACHISMO E MISOGINIA

Muitas autoras tratam do tema de gênero, história da mulher, machismo e misoginia. Antes de elencar alguns conceitos que são importantes para entender tudo isso, é interessante apontar brevemente que estamos em uma sociedade patriarcal. Segundo Marcia Tiburi:

O patriarcado é um sistema profundamente enraizado na cultura e nas instituições. [...] Em sua base está a ideia sempre repetida de haver uma identidade natural, dois sexos considerados normais, a diferença entre os gêneros, a superioridade masculina, a inferioridade das mulheres e outros pensamentos que soam bem limitados, mas que ainda são seguidos por muita gente. (TIBURI, 2018, p. 27)

Saffioti (2015) discute os fenômenos sociais que incidem sobre a violência contra a mulher e tece em sua abordagem diversas análises. Em relação ao conceito de patriarcado, traz os pensamentos de diversos autores, mas chama atenção ao apontar o que foge ao senso comum:

À medida que as (os) teóricas (os) feministas forem se desvencilhando das categorias patriarcais, não apenas adquirirão poder para nomear de patriarcado o regime atual de relações homem-mulher, como também abandonarão a acepção de poder paterno do direito patriarcal e o entenderão como direito sexual. Isto equivale a dizer que o agente social marido se constitui antes que a figura do pai. (SAFFIOTI, 2015, p. 59)

A autora ressalta que ao longo de alguns milhares de anos, os homens lutaram para conseguir tornar a sociedade patriarcal. Com o estabelecimento desse modelo social, temos hoje não apenas esse poder concentrado nas mãos dos homens, mas também uma desvalorização de tudo que é considerado como característica feminina, características estas que são socialmente construídas. Beauvoir (2016) faz uma importante discussão sobre o que é de fato ser mulher e trabalha aspectos distintos: biológicos, psicanalíticos e históricos. Ela inicia seu livro “O Segundo Sexo” justamente perguntando o que é a mulher:

É uma matriz, um ovário; é uma fêmea, e esta palavra basta para defini-la. Na boca do homem o epíteto “fêmea” soa como um insulto; no entanto, ele não se envergonha de sua animalidade, sente-se, ao contrário, orgulhoso se dele dizem: “É um macho!”. O termo “fêmea” é pejorativo não porque enraíza a mulher na Natureza, mas porque a confina no seu sexo. E se esse sexo parece ao homem desprezível e inimigo, mesmo nos bichos inocentes, é evidentemente por causa da inquieta hostilidade que a mulher suscita no homem; entretanto, ele quer encontrar na biologia uma justificação desse sentimento (BEAUVOIR, 2016, p. 31)

Levando isso em consideração, entende-se que o machismo é “um sistema de crenças em que se aceita a superioridade dos homens devido à sua masculinidade” (TIBURI, 2018, p. 63). O machismo pode ser visto nas mais diferentes situações cotidianas, como a crença de que mulheres não são as mais indicadas para profissões relacionadas à ciência e à matemática ou de que esportes radicais e lutas sejam limitadas aos homens. Às mulheres ainda são associadas características como delicadeza, romantismo e fragilidade. Além disso, os corpos femininos seguem objetificados, os números de assédio são alarmantes, disseminando inclusive o termo cultura de estupro, cunhado originalmente nos Estados Unidos, mas difundido com mais força no Brasil há alguns anos. Mulheres ainda são objeto de violência pelo simples fato de serem mulheres, por isso a necessidade da criação de leis para sua proteção, como a Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica (física, sexual, verbal, psicológica e patrimonial) e está em vigor desde 2006, a Lei do Feminicídio, o assassinato de mulheres marcado pela questão de gênero, neste caso em vigor desde 2015, e mais recentemente a Lei da Importunação Sexual, em vigor desde 2018.

Se já estamos no século XXI, se legalmente mulheres e homens são iguais e se vivemos em uma sociedade moderna, por que ainda existem tantas diferenças? É preciso pensar em cultura e sociologia para responder a essa pergunta. A lei pode garantir direitos, mas mudar a visão das pessoas leva bastante tempo e determinação. Essa é a luta do feminismo, que, segundo bell hooks “é um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão” (HOOKS, 2018, p. 13). Com a sistematização dos estudos feministas, alguns termos têm aparecido com mais frequência e é importante conhecer seus significados. Um deles é a misoginia.

A misoginia é o discurso de ódio especializado em construir uma imagem visual e verbal das mulheres como seres pertencentes ao campo do negativo. [...] A misoginia está presente quando se associa mulheres à loucura, à histeria, à natureza – como se houvesse uma predisposição que conferisse a elas uma inconfiabilidade natural, originária. (TIBURI, 2018, p. 39)

As práticas misóginas são tão antigas quanto à sociedade patriarcal e em alguns livros encontramos pesquisas que trazem os mais variados exemplos. É preciso falar também sobre cultura do estupro, que apesar de estar mais conhecido aqui no Brasil após caso de estupro coletivo que aconteceu no Rio de Janeiro em 2016, é um termo que começou a ser usado nos Estados Unidos na década de 1970, pelas autoras Noreen Connel e Cassandra Wilson em “*Rape: The First Sourcebook for Women*”. E é preciso falar sobre isso. Uma reportagem do jornal *Folha de São Paulo* traz dados obtidos com

o Ministério da Saúde que apontam que as notificações subiram de 1570 em 2011 para 3526 em 2016. Isso significa uma média de dez estupros coletivos por dia no Brasil. Mas o que é a cultura de estupro? Segundo a ONU Brasil, “é um termo usado para abordar as maneiras em que a sociedade culpa as vítimas de assédio sexual e normaliza o comportamento sexual violento dos homens”.

No caso dos feminicídios, os números também são altos. A Agência Patrícia Galvão reuniu dados do 12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública que apontam que 4.539 mulheres foram vítimas de homicídio em 2017 (aumento de 6,1% em relação a 2016). Desse total, 1.133 foram registradas como vítimas de feminicídio; em 2016 foram 929. O mesmo anuário traz também os dados de estupros, que cresceu 8,4% entre 2016 e 2017, passando de 54.968 para 60.018 casos registrados. Os dados apontam ainda que em 2017 foram registrados 221.238 casos de lesão corporal dolosa enquadrados na Lei Maria da Penha, o que representa uma média de 606 casos por dia.

Esses números podem trazer a reflexão sobre a origem dessa violência e se ela sempre existiu. Simone de Beauvoir traz um exemplo de violência doméstica na *Idade Média*:

O esposo tratava sem nenhuma consideração a mulher que recebera de presente; maltratava-a, esbofeteava-a, arrastava-a pelos cabelos, batia-lhe; tudo o que pedia Beaumanoir aos costumes de Beaumanoir aos costumes de Beauvaisis era que o marido “castigasse razoavelmente” a esposa. (BEAUVOIR, 2016, p.138)

A violência contra a mulher é institucionalizada. Lembrando que pouco se fala das violências verbal, psicológica e patrimonial, que também estão descritas na Lei Maria da Penha.

3. O PODER DA MÍDIA

Considerando que, segundo o autor Mario Vargas Llosa, é possível definir cultura como a junção de fatores como “patrimônio de ideias, valores e obras de arte, de conhecimentos históricos, religiosos, filosóficos e científicos em constante evolução, fomento da exploração de novas formas artísticas e literárias e da investigação em todos os campos do saber” (LLOSA, 2013, p 59), podemos inferir que os livros que lemos, os filmes aos quais assistimos, as aulas que temos, e também as notícias que lemos formam o nosso rol cultural, com isso, ajudam a formar quem somos e o que pensamos.

A mídia tem um papel muito importante para a formação desse pensamento, vindo em diferentes formatos e consumida com mais força e por mais pessoas, visto que

dispositivos como rádio, TV, computador e celular têm se popularizado, acessível a uma parcela maior da população. No caso específico do jornalismo, com a internet, se informar e ler notícias é uma ação que também se tornou mais acessível do que quando a opção era apenas o impresso. Matérias que antes ficavam reduzidas aos seus municípios ou Estados, hoje podem ser lidas em qualquer lugar do mundo. E ainda compartilhadas nas redes sociais, com a possibilidade de viralizar.

Podemos considerar que é possível enxergar também dentro do jornalismo alguns pontos do conceito de indústria cultural pensado por Theodor Adorno e Max Horkheimer (2002). Os teóricos alemães da Escola de Frankfurt falam sobre a criação de produtos culturais direcionados às massas, inseridos em uma dinâmica capitalista que deseja os operários não apenas como mão-de-obra produtora, mas também como consumidora. A televisão, o rádio, o cinema, a música, os livros, tudo isso passa a ser largamente reproduzido, se torna uma indústria muito lucrativa. O grande diferencial dos produtos dessa indústria é que são feitos para agradar um número grande de pessoas, mas seguem em sua maioria o mesmo estilo. Assim, analisar o que tem sido produzido massivamente para informar a população é muito importante.

O jornalista e escritor Adelmo Genro Filho faz algumas críticas às teorias da Escola de Frankfurt, ressaltando que a manipulação que é atribuída à “indústria cultural” é tida como praticamente onipotente, como se não houvesse possibilidade do sujeito encontrar saídas para esse modelo. Mas ele também afirma que há um importante legado desses pesquisadores, como o entendimento de que há, sim, uma manipulação da ideologia dominante e uma forte presença de critério mercantil no modelo produtor das obras. Em nosso cenário atual, com essa larga produção de conteúdo que pode ser consumido de qualquer lugar do mundo e que briga pela audiência na internet, ou seja, ainda um jornalismo que está inserido na lógica capitalista, seria possível fazer a diferença? Adelmo aponta que:

É ilusão acreditar que os modernos meios de comunicação de massa possam, de fato, funcionar tão somente como a ponta final da cadeia de produção de cultura. Na realidade, ocorre o oposto: os meios de comunicação de massa são, hoje, em qualquer sociedade, os verdadeiros “monitores de sentido” do processo como um todo. [...] a questão fundamental, portanto, para construir novos rumos e outra hegemonia ideológica para o conjunto da cultura, na transição ao socialismo, é a definição e o controle, pelas massas revolucionárias organizadas, da política cultural que vai se expressar pelos meios de comunicação avançados. (GENRO FILHO, 1987, p. 48)

É passível de questionamento e reflexão se os profissionais e os veículos estão preocupados verdadeiramente com as narrativas que constroem para seus leitores. O digital também trouxe a necessidade da urgência, da pressa em postar, e, por vezes, isso traz também superficialidade. Os veículos de comunicação estão construindo discursos que ajudam a superar o machismo, a misoginia e a cultura de estupro, ou contribuindo de alguma forma para a manutenção dessa realidade? O jornalista tem refletido sobre seu papel social e seu compromisso de criar uma sociedade melhor ou tem apenas reportado notícias rasas, no automático? É feito hoje um jornalismo mais humanizado, informando, alertando, chamando atenção para a necessidade de políticas públicas, dando espaço para as diferentes vozes, quebrando paradigmas?

Hooks (2018) também apontou a importância da comunicação para as questões de gênero:

Ainda que a violência doméstica esteja abundantemente representada na mídia de massa e que em todas as frentes haja discussões, o público raramente conecta o fim da violência masculina ao fim da dominação masculina e à erradicação do patriarcado. [...] Na mídia de massa, todo mundo levanta a questão acerca do porquê dessa violência estar acontecendo, sem conectá-la ao pensamento patriarcal. (HOOKS, 2018, p. 160-161)

Discursos são poderosos, influenciam as pessoas, já dizia Michel Foucault em obras como “A Ordem do Discurso” e “Microfísica do Poder”, e os jornais podem ser considerados um desses dispositivos de poder que são costumeiramente controlados exatamente por quem detém mais poder em nossa sociedade. Esses discursos jornalísticos podem ser analisados com ajuda de conhecimentos da área de Análise de Discurso Crítica, que tem no jornalismo um dos principais objetos de pesquisa. “Quando se busca estudar o feminismo, pode-se trabalhar com o discurso presente nas práticas discursivas de grupos feministas, o discurso político parlamentar [...] e ainda o discurso da mídia sobre o tema” (MARTINS, 2018, p.164).

A organização não governamental (ONG) *Think Olga*, pensando justamente no poder e na importância dos discursos jornalísticos, lançou um mini manual de jornalismo humanizado, dividido em diferentes segmentos, um deles ‘Violência Contra a Mulher’, para ajudar o jornalista a cumprir seu papel de contribuir para a formação de uma sociedade melhor. Lembrando do dever moral da profissão, a organização traz no manual erros de abordagem de notícias cometidos na cobertura de crimes de gênero. P minimanual ressalta que o jornalismo consegue, enquanto passa notícias, legitimar discursos e práticas, por isso o que se escreve e como se escreve é tão importante.

Algumas das indicações são não romantizar o estupro ou os agressores, usar o termo “estupro” e não “sexo”, não desmerecer a vítima e não julgá-la por seu comportamento após o crime.

A Agência Patrícia Galvão também tem um dossiê preparado para a imprensa, com algumas reflexões sobre o papel da mídia e a forma mais adequada de fazer cobertura de casos de feminicídio. Esse documento também reforça o poder da mídia de influenciar crenças e comportamentos. O dossiê aponta que não basta noticiar o crime, mas é essencial informar com ética e responsabilidade por todo o contexto social que está por trás de crimes como esse, pensando em formas de trazer uma reflexão para o leitor sobre as causas da violência contra a mulher.

4. ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

A Análise de Discurso Crítica tem como finalidade o estudo metodológico e teórico do discurso pelo viés da linguagem como prática social, analisando assim o discurso de uma maneira crítica. O seu propósito é analisar e estudar o discurso através das práticas sociais, haja visto que o discurso faz parte da prática social. A sociedade sempre esteve permeada por problemas e situações complexas, assim cada situação também vem envolta a discursos bem elaborados e representativos aos interesses de uma determinada parcela da sociedade sobrepondo-se à outra parcela. Batista Jr. (2018) ressalta que a ADC não se compromete apenas a observar a escolha das palavras e sua articulação:

A ADC busca a explanação dos fenômenos sociais, desvelando o modo como o discurso, enquanto linguagem em uso, participa dessa construção, estabilizando distorções sociais. Para tanto, é preciso posicionar as pessoas, seus papéis, seu nível de poder e descrever a dinâmica social, entrevedo nas marcas dos textos as estruturas sociais que moldam as diferenças resultantes da riqueza ou da pobreza, por exemplo. (BATISTA JR, 2018, p.9)

Os estudiosos da área encontraram nos textos midiáticos um corpus interessante para o estudo da Análise de Discurso Crítica. Assim, matérias escritas em veículos impressos e digitais ou até mesmo matérias de televisão e rádio tornam-se material de pesquisa:

É em razão da relevância da mídia na contemporaneidade e de sua interseção com os diversos processos políticos e sociais de uma sociedade que o exame de seu discurso torna-se tão prioritário quando se pretende conhecer a fundo os problemas sociais ou os desafios enfrentados pelos países, pelas sociedades ou pelos grupos minoritários que os constituem. (MARTINS, 2018, p. 164)

Dentro da Análise de Discurso Crítica existem algumas categorias de análises, que orientam cada situação problema a ser analisada, tais quais significado de palavras, representação de atores sociais, intertextualidade e interdiscursividade. Essas categorias e as maneiras de utilizar estão sistematizadas em Batista. A categoria significação de palavras é destacada por Fairclough (2001) como essencial para a análise de um discurso, visto que as escolhas dos produtores de como usar uma palavra não são simplesmente individuais, mas perpassam conceitos socialmente e culturalmente construídos. Focar nos significados individuais das palavras é um ponto importante para trabalhar a análise de matérias de violência contra a mulher, até para entender se os textos estão de acordo com o que indicam o manual e o dossiê já citados.

Outro autor importante quando se trata de Análise de Discurso Crítica é Thompson (1995), que fala de seus conceitos de ideologia, explicando que a maneira como ele trabalha esse conceito é pensando como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder. Ele distingue cinco modos gerais de operação da ideologia e suas estratégias de construção simbólica: legitimação (racionalização, universalização, narrativização), dissimulação (deslocamento, eufemização, tropo), unificação (standardização, simbolização da unidade), fragmentação (diferenciação, expurgo do outro) e reificação (naturalização, eternalização, nominalização). Em seu texto, ele ressalta que essas cinco não são as únicas maneiras como a ideologia opera, e eles também podem se sobrepor em algumas situações.

5. ANÁLISE DE NOTÍCIAS

Para exemplificar o que pode ser observado utilizando a Análise de Discurso Crítica em matérias de violência contra a mulher, foram selecionadas duas notícias em sites diferentes, mas que tratam da mesma situação. A notícia a ser analisada neste momento foi publicada no portal online “Sulbahia News” no dia 04 de julho de 2018, e tem como título “Teixeira: morta pelo ex com filho no colo tinha sido ameaçada pelo WhatsApp”. O fato se refere a um crime ocorrido na cidade de Teixeira de Freitas/BA, na manhã do dia 01 de julho de 2018 (domingo), em que Emanuel Ferreira dos Santos, de 34 anos, assassinou a ex esposa, Marília Gomes de Souza, de 21 anos, em via pública enquanto a mulher estava com o filho do casal, de 2 anos e 8 meses, no colo. A notícia destaca as ameaças que a vítima sofria pelo aplicativo de mensagens WhatsApp .

“Em uma das mensagens, ele dizia: ‘Se liga, sua surpresa tá chegando’. Tem outra que diz: ‘Será que tomar corno agora virou moda?’ E ainda acrescenta: ‘Quando a esposa muda de comportamento em casa, pode saber que ela já está com um dono’”

Em uma análise sobre a interdiscursividade, em que, segundo Bessa [2016] qualquer texto é constituído de diferentes discursos, identifica-se como relacionados alguns discursos presentes nesta notícia. Pelo trecho destacado percebe-se um discurso de moralidade, posto que ao indagar à vítima “Será que tomar corno agora virou moda?”, o autor do feminicídio questiona uma mudança no padrão moral dos relacionamentos, nos quais supostamente a prática da traição não acontecia com frequência, rumo à situação atual em que isso se tornou rotineiro. É possível identificar ainda um discurso machista na fala “Quando a esposa muda de comportamento em casa, pode saber que ela já está com um dono”, e evidencia o fato de que da mulher é esperado um “adequado” comportamento de passividade frente ao homem. Qualquer desvio quanto a isso foge a uma pretensa ordem natural das coisas. E o estereótipo ainda é reforçado quando esta mudança no comportamento, quando ocorre, não é vista como opção da mulher, mas quando “ela já está com um dono”, e, é importante frisar, a fala remete à ideia de um “outro dono”, como se fosse inconcebível a uma mulher tomar suas próprias decisões, quer seja em se relacionar com um outro homem ou não, e como se ela fosse um objeto para ter “dono”, num discurso de posse e de reificação do ser humano.

A notícia traz a informação, através da fala da delegada Valéria Fonseca Chaves, de que a separação do casal se deu pouco tempo antes do feminicídio acontecer, e que a vítima havia pedido para o autor do crime sair de casa. Ele saiu, mas tentava reatar o relacionamento. Em um relato indireto, a notícia traz a informação de negação da premeditação por parte do autor, segundo o qual eles haviam marcado para conversar na manhã do dia 01 de julho, mas por ter havido uma discussão e ela ter lhe desferido um tapa, ele acabou cometendo o crime. No entanto, chama atenção como um questionamento o fato de que pelas características do crime – pauladas e facadas enquanto a vítima carregava o filho no colo –, porque o acusado em um domingo de manhã, teria levado um canivete para conversar com a ex-esposa, e se uma discussão com um tapa seria motivo para um crime tão violento.

Entendendo ideologia a partir da leitura de Thompson (1995), os discursos presentes na notícia anterior, exibem critérios negativos em relação à mulher, e por isso

são tomados neste trabalho como ideológicos. Vale ressaltar que tais discursos não advêm do autor da notícia, mas são apresentados pelo jornal sem uma análise de conteúdo que ultrapasse os limites de apenas destacar as graves ameaças sofridas pela vítima antes de sua morte. Assim, estes elementos são expostos e reforçam a assertiva em caracterizar este crime como feminicídio, pois fica evidente que o inconformismo com a separação do casal está vinculado a ideias de submissão da mulher em relação ao homem. Não é uma fatalidade quando o autor leva um canivete para uma conversa com a ex esposa. O discurso e a prática, neste caso e em tantos outros, caminham juntos e contribuem para a manutenção de uma sociedade desigual, em que as relações de poder em temáticas de gênero ainda não superaram um panorama de violência e de coerção em relação às mulheres.

A segunda matéria analisada também se refere ao homicídio de Marília Gomes de Souza, de 21 anos. Neste caso, o material foi veiculado no site G1, que é nacional, mas dentro da seção Bahia, no dia 2 de julho, dia seguinte ao crime. O primeiro parágrafo traz as informações no estilo jornalístico lide, respondendo às perguntas “o que, quem, quando, onde, por que e como”. O leitor já identifica em poucas linhas que um homem matou a ex-mulher com golpes de canivete no bairro Monte Castelo, em Teixeira de Freitas, no dia 1 de julho. Já no segundo parágrafo, o portal faz uso de discurso indireto para contar o que teria acontecido no momento do crime, dando mais detalhes ao leitor: “De acordo com a polícia, Emanuel Ferreira dos Santos, de 32 anos, afirmou que foi buscar a ex-mulher, Marília Gomes de Souza, de 21 anos, no ponto de ônibus. Durante uma conversa, a mulher deu um tapa no rosto dele, que reagiu e a atacou com golpes na cabeça, pescoço, peito, braços e mãos, que tentou se defender, mas não resistiu aos ferimentos”.

É possível utilizar mais uma vez a categoria de análise de intertextualidade, que pode aparecer de maneira implícita ou explícita. Neste caso, por se tratar de um texto jornalístico, a intertextualidade aparece de forma explícita, uma vez que o jornalista precisa indicar de onde retirou determinada fala ou informação, principalmente quando não vem em forma de entrevista. No trecho destacado da notícia, identifica-se que as informações foram passadas pela polícia, que colheu o depoimento do suspeito. Passando para a categoria significado de palavras, que ainda segundo o autor pode ajudar na análise observando quais termos foram utilizados e os motivos das escolhas, o texto usa o verbo afirmar para indicar que o suspeito teria ido buscar a vítima no ponto

de ônibus (“Emanuel [...] afirmou que foi buscar a ex-mulher”). Nessa construção da frase, não existe uma interferência do escritor, ele posiciona o sujeito e o verbo que aponta para uma ação desse sujeito. Já na segunda frase do parágrafo, o discurso indireto não é mais utilizado e o autor começa a narrar a situação como se fosse um narrador observador ou onisciente e tivesse visto a cena. Ele escreve que “Durante uma conversa, a mulher deu um tapa no rosto dele, que reagiu”. O verbo dar é utilizado no pretérito perfeito, indicativo, afirmando que ela de fato deu um tapa no rosto do homem. Como o próprio portal indicou que essas foram informações que o suspeito deu à polícia, seria preferível dizer que segundo o homem ela teria dado ou continuado com a construção da primeira frase, num discurso indireto. Além da construção verbal, é também utilizado o verbo reagir, que significa que a ação partiu da mulher e a agressão feita pelo homem foi uma reação.

Quando Thompson (1995) fala de seus conceitos de ideologia, ele explica que a maneira como ele trabalha esse conceito é pensando em como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder”. O autor elenca alguns modos de operação da ideologia e nessa frase podemos identificar um nível de legitimação com o uso da estratégia de racionalização, que é uma forma de construir a narrativa de modo que determinada ação ou situação é digna de apoio. Se alguém é agredido, é legítimo que haja uma defesa. A narrativa apresenta um ex-companheiro indo buscar a mulher no ponto de ônibus, o que pode indicar uma ação de cuidado e preocupação. O texto aponta que durante uma conversa, a mulher dá um tapa no rosto do homem e ele reage. Pensamos mais uma vez em significados de palavras, e entendemos que uma conversa é algo pacífico, tranquilo. Dar um tapa, uma agressão física, em uma conversa, poderia ser interpretado como uma provocação e por isso a reação, em algum nível, seria legítima. Apesar disso, é preciso ressaltar que há uma descrição minuciosa de como o crime aconteceu, o que poderia ser um argumento para inviabilizar a ideia de uma legitimação. Mas a descrição minuciosa também pode ser uma estratégia para chamar atenção do leitor, já que atualmente são muitas notícias policiais em jornais digitais e, segundo Rondelli: “É certo que violência e crime vendem notícia, trazem leitores para os jornais e audiência para as emissoras de televisão que os tomam como elemento de disputa de telespectadores”. (RONDELLI, 1996, p. 33),

No terceiro parágrafo, a notícia traz a informação de que “Emanuel perdeu um dos dedos da mão direita na briga”. O uso da palavra briga corrobora com a ideia de

legitimação especificada acima, já que segundo Aurélio, um dos significados de briga é “ação ou situação em que os adversários se enfrentam corpo a corpo; luta corporal”. Esse foi o significado escolhido visto que a notícia traz informações de ferimentos, agressão física. Nessa construção de narrativa, a mulher agrediu o homem, que revidou e durante a briga, ela foi morta. Podemos ainda pensar na escolha do termo briga, que também é utilizado do ditado popular “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. Ainda tratando-se de itens lexicais, destacamos o termo feminicídio que foi utilizada no subtítulo da reportagem quando diz “Caso de feminicídio aconteceu na manhã de domingo”. Mas o termo não é acompanhado de uma explicação e não aparece novamente na matéria. Feminicídio é descrito em uma lei brasileira aprovada em 2015 e nela se enquadram os homicídios de gênero, ou seja, mulheres que são mortas apenas por serem mulheres, sem outra motivação.

Também é possível fazer uso da categoria representação de atores sociais, que diz respeito a quem apareceu no texto e quem deixou de aparecer. Neste caso, temos a presença de informações da polícia, mas apenas para apresentar a fala do suspeito. Não há nenhuma fala da polícia quanto ao feminicídio. A vítima poderia ter sido representada através de alguma fala de órgão responsável por atendimentos em casos como esse, como a Delegacia da Mulher, visto que o contato com a polícia foi feito. As ausências também são significativas em uma notícia, especialmente quando é dado a um lado a oportunidade de expor sua versão dos fatos.

6. CONCLUSÃO

Dessa pesquisa inicial foi possível identificar que com ajuda da Análise de Discurso Crítica fica mais visível entender a maneira como os veículos abordam matérias de violência contra a mulher. Nas matérias analisadas no artigo, vê-se que os veículos deram pouca voz ao lado da vítima da situação, dando mais oportunidade ao acusado de mostrar o seu lado da história do que uma visão mais completa. A discussão sobre feminicídio e violência contra a mulher não foram apresentadas, sem uma discussão mais crítica ou até mesmo informações de como se dá o processo nesses casos ou quem a mulher pode acionar se também estiver passando por uma situação de violência. Essa notícia passada de forma mais crítica é o que o Instituto Patrícia Galvão ressalta que é muito importante em casos de feminicídio, como o que foi retratado nas matérias escolhidas, mas que não foi feita. Mesmo quando os jornais não deram uma

opinião direta e colocaram somente as falas de entrevistados, é possível enxergar seu posicionamento, justamente pelos silêncios e pelas escolhas de quem entrevistar e que trechos da fala colocar. Os veículos de comunicação foram, então, nas matérias selecionadas para o artigo, os responsáveis por um discurso patriarcal, que ainda culpabiliza a vítima de violência e normaliza um comportamento agressivo e dominador quando parte de um homem para uma mulher, principalmente tratando-se de um casal. Com uma análise mais profunda, de um número maior de veículos e de matérias, pode ser possível entender se há uma maioria de notícias que seguem com uma visão ainda machista e patriarcal, mesmo que não tão visível e aparentemente neutra, ou se há um movimento de mudanças no discurso.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. Indústria cultural e sociedade. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

BATISTA JR, José Ribamar Lopes, 1980 – Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas / José Ribamar Lopes Batista Jr., Denise Tamaê Borges Sato, Iran Ferreira de Melo, Org. – 1 ed. – São Paulo: Parábola 2018.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo, volume 1. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2016.

BESSA, Décio. Categorias de Análise. Uneb/Campus X.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Coord. Trad. Revisão e prefácio à ed. Brasileira Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001 [1992]

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo. Editora tchê!, RS, 1987.

HOOKS, bthomell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Rosa dos tempos, Rio de Janeiro, 2018.

LLOSA, Mario Vargas. A civilização do espetáculo. Rio de Janeiro, 2013.

RONDELLI, E. (1996). Dez observações sobre mídia e violência. Comunicação & Educação, (7), 34-37. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i7p34-37>

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. Expressão Popular, São Paulo, 2015.

THOMPSON, John B. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, 427 págs.

TIBURI, Marcia. Feminismo em comum. Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, 2018